

O Voleibol no Desporto Escolar

Uma análise situacional da fase Pré-Pandemia

Carlos Dias, Félix Romero e Jorge Rafael

Coordenador Nacional do Voleibol no Desporto Escolar, E. Superior de Desporto de Rio Maior, DGE

Fotos de Alexandre Pona



Introdução

As consequências para o Desporto juvenil da Pandemia que assolou o mundo inteiro ainda não foram totalmente avaliadas, no entanto, parece-nos importante não deixar de caracterizar e avaliar a situação pré-Pandémica, pois serão esses dados que poderão suportar as decisões estratégicas



e as linhas orientadoras para o futuro.

O direito ao Desporto está consagrado na Constituição da República (artigo 79º), dado que assume um papel

fundamental na estruturação social, quer pela relevância educativa que possui quer pelo impacto na formação cívica, humanista, cultural e emocional dos agentes envolvidos.

A importância da prática desportiva para os jovens é reconhecida no Decreto-Lei n.º 95/91: “o acesso à educação, ao bem-estar físico e à saúde, através de uma prática desportiva orientada, é um direito que assiste a todos os portugueses, com especial incidência nos jovens em idade escolar”.

O Programa de Desporto Escolar visa cumprir a legislação nacional vigente, contribuindo para a implementação das recomendações internacionais relativas ao acesso à prática desportiva e de atividade física e criando as condições necessárias para uma prática desportiva em meio escolar consistente e sistemática. A sua ação consiste na oferta de atividades físicas e desportivas, de caráter formal e não formal a todos os alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória e persegue a promoção do sucesso educativo, do

bem-estar e a adoção, por parte dos alunos, de estilos de vida saudáveis.

Apesar da autonomia que tem face ao sistema desportivo, o Desporto Escolar é um subsistema da Educação que deve, contudo, estabelecer sinergias e contribuir para o desenvolvimento desportivo nacional, salvaguardando sempre o primado da educação e da prática desportiva em ambiente formativo, respeitando e promovendo os princípios basilares da formação dos



indivíduos.

A abrangência do Desporto Escolar é grande no sistema educativo, pois promove um conjunto de atividades desportivas de complemento curricular, intra e interescolares, destinadas aos alunos de todos os agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas do ensino público, do ensino particular e dos estabelecimentos de ensino cooperativo, dependentes ou não do Ministério da Educação, desde que legalmente reconhecidas.

A sua implementação tem expressão nacional, e respeita as características específicas de cada região, permitindo a liberdade de escolha das modalidades e o desenvolvimento de práticas desportivas integradas no plano de atividades de cada instituição.

Desta forma, a escola apresenta-se como a unidade organizativa de base do Desporto Escolar, cabendo aos seus órgãos de gestão integrar o Desporto Escolar no respetivo projeto educativo, de acordo com as orientações gerais do programa nacional de Desporto Escolar, mas considerando as suas especificidades logísticas, de recursos humanos, culturais e de ligação à comunidade. Pretende-se que em cada escola seja implementado e dinamizado um sistema universal, inclusivo, facultativo, que integre harmoniosamente o ensino, o treino, a recreação e a competição.

A operacionalização deste Programa é realizada essencialmente de três formas complementares. Uma, mais abrangente, tem por raiz a dinamização de atividades desportivas realizadas internamente em cada estabelecimento de ensino (Nível 1 de prática desportiva), outra relativa à atividade desportiva desenvolvida por grupos-equipa (Nível 2 e 3), e uma terceira forma que está intimamente ligada ao Projetos Complementares do Desporto Escolar, em estreita cooperação com a Federação Portuguesa de Voleibol, que é o Gira Vólei.

Tal como refere o Programa do Desporto Escolar 2013-2017, “os grupos-equipa são organizados por escalão/género ou num escalão único e envolvem-se em competições interescolas com um nível de competitividade crescente: Campeonatos Locais, Campeonatos Regionais, Campeonatos Nacionais e Campeonatos Internacionais (ISF-International School Sport Federation ou FISEC - Fédération Internationale Sportive de l'Enseignement Catholique)”.



A competição escolar, nos seus diferentes níveis de prática, é um dos pilares da estratégia para o Desporto Escolar. Devemos entendê-la como um espaço de excelência para a formação desportiva, onde se proporciona às crianças e aos jovens um espaço de convivência saudável, onde se desenvolve o trabalho colaborativo, o espírito de grupo e, conseqüentemente, onde são inculcados valores e princípios associados a uma cidadania ativa.



Para muitos alunos é no cenário do desenvolvimento da prática do Desporto Escolar que ocorre a sua primeira experiência desportiva formal. Todos os que vivenciaram a prática desportiva organizada têm bem vincado o que representa pertencer a um grupo/equipa

(conceito base do Desporto Escolar), a importância de ser parte integrante de um projeto, de partilhar e construir valores morais, consubstanciada numa participação cooperativa e solidária. A relevância destas primeiras experiências desportivas torna essencial que sejam agradáveis e motivadoras para que se constituam como fator de agregação e vinculação. O objetivo é que este percurso seja fortalecido e consolidado

ao longo do trajeto escolar, e se possível que lhe seja dada continuidade uma vez que este termine.

Apesar de pertencente ao sistema educativo e de ter a sua autonomia salvaguardada, está prevista a integração do Desporto Escolar no sistema desportivo nacional, nomeadamente a sua relação com a estrutura federativa. Esta relação entre o Sistema Educativo e o Sistema Federado foi regenerada ao longo dos anos da parceria, tem dado frutos, mas pode e deve ser robustecida, porém essa análise está fora do âmbito do presente estudo. Acreditamos que os estabelecimentos de relações sinérgicas entre os todos os sistemas desportivos devem assentar numa caracterização do que é feito em cada um deles, mas fundamentalmente no desenvolvimento das partes, com a criação dos pontos convergentes e de interesse comum.

O propósito do presente artigo é descrever a realidade do Desporto Escolar na modalidade de Voleibol nomeadamente no contexto da sua atividade externa,; como se encontra organizado, qual a sua relevância em

termos de praticantes, qual a sua distribuição geográfica, qual o enquadramento da sua prática. Os dados analisados são provenientes dos diversos relatórios elaborados pela Divisão do Desporto Escolar e respeitam à atividade desenvolvida no ano letivo de 2019-20.

Estrutura organizacional do Desporto Escolar

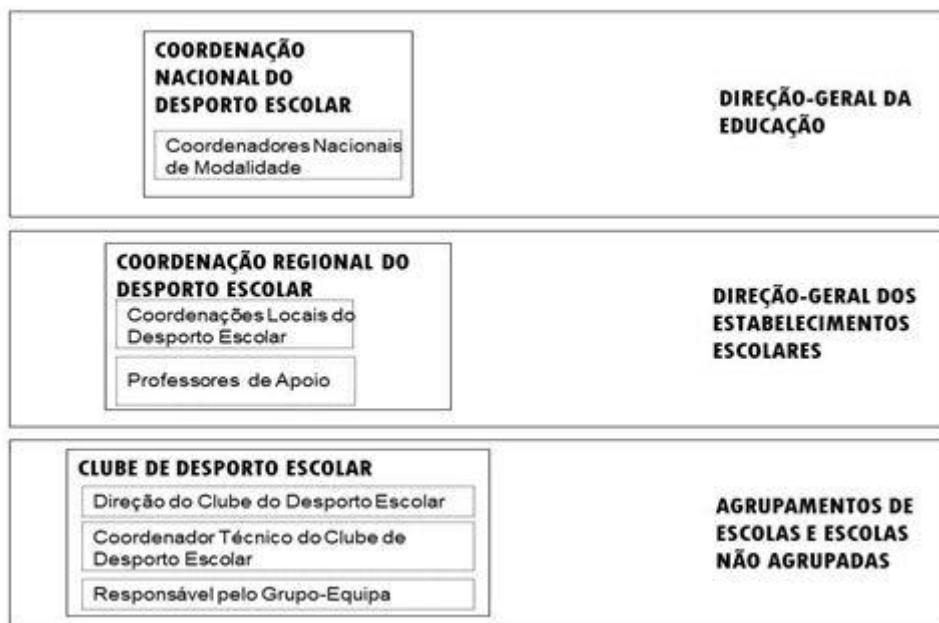
O Desporto Escolar tem a sua orgânica assente num serviço da Direção-Geral da Educação, a Divisão de Desporto Escolar (Despacho 13.608/2012, de 19 de outubro), constituindo a “Coordenação Nacional do Desporto Escolar, contando com a colaboração da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, para a concretização regional das respetivas políticas educativas.

Desenvolve-se nas Regiões Educativas do País (cinco Direções de Serviço Regional: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), cada uma

delas estruturada numa “Coordenação Regional de Desporto Escolar” (CRDE) que, por sua vez, se desdobram em 24 “Coordenações Locais de Desporto Escolar” (CLDE), divididas da seguinte forma: Norte-7, Centro-6, Lisboa e Vale do Tejo-7, Alentejo-3 e Algarve-1 (simultaneamente considerada uma DRDE)

A estrutura organizacional do Desporto Escolar integra diferentes níveis e âmbitos:

- Nacional (Coordenação Nacional do Desporto Escolar - CNDE),
- Regional (Coordenações Regionais do Desporto Escolar - CRDE),
- Local (Coordenações Locais do Desporto Escolar – CLDE)
- Clubes de Desporto Escolar (CDE), associados aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.



Os Clubes de Desporto Escolar podem desenvolver atividades de diferentes níveis:

Atividades de Nível I – Conjunto de atividades organizadas pelos Clubes do Desporto Escolar dentro da própria

Escola ou Agrupamento (Atividade interna).

Atividade de Nível II – Atividades organizada em Grupos/Equipa de Modalidade que implicam a participação regular em treinos e competições de

âmbito local, regional e nacional (Atividade Externa).

Atividades de Nível III – Atividades de aprofundamento da prática desportiva (treino e competição) em modalidades e Grupos/Equipa de elevado potencial desportivo. A dotação de recursos adicionais, depende de candidatura inserida no Projeto DE +.

Caraterização do Voleibol no Desporto Escolar

O Voleibol, é uma das modalidades de maior aceitação em meio escolar. Inserida nos Programas curriculares de Educação Física, é a segunda modalidade no âmbito do Programa do Desporto Escolar e, no género feminino, é a modalidade mais praticada.

Atividade externa (Nível II e III)

No âmbito do Desporto Escolar a constituição dos grupos/equipa parte da iniciativa da Escola/Agrupamento, que elabora um Plano do Clube de Desporto Escolar, por sua vez submetido à respetiva Coordenação Local, sendo por ela aprovado. Podemos constatar que existem 469 Escolas ou Agrupamentos de Escolas que desenvolvem no seu Clube de Desporto Escolar a modalidade de Voleibol com um ou mais Grupos/Equipa.

No Programa do ano letivo de 2019/2020, das 37 modalidades que constam na oferta formativa do Desporto Escolar, o Voleibol é, a nível Nacional, a 2ª modalidade mais praticada com 767 Grupos/Equipa e 15384 praticantes inscritos. Este facto, por si, é sintomático do potencial e da relevância que o Desporto Escolar poderá assumir para o desenvolvimento da modalidade.

Existem alguns fatores que revestem a oferta do Desporto Escolar com interesse e mais valias e que, de facto, alargam a possibilidade de prática

regular e organizada. O primeiro ponto é que a oferta do Desporto Escolar é inteiramente gratuita, o que retira às famílias eventuais constrangimentos económicos. Outro facto decisivo é que a prática desportiva é realizada em contexto escolar, coordenado com os horários curriculares dos(as) alunos(as) e, conseqüentemente, sem um impacto negativo, em termos logísticos, para as suas famílias. Há um facto importante nos dados recolhidos, é que o Voleibol é umas das poucas modalidades que no Desporto Escolar está representado em todas as DRDE e, inclusivamente, nas 24 CLDE's.

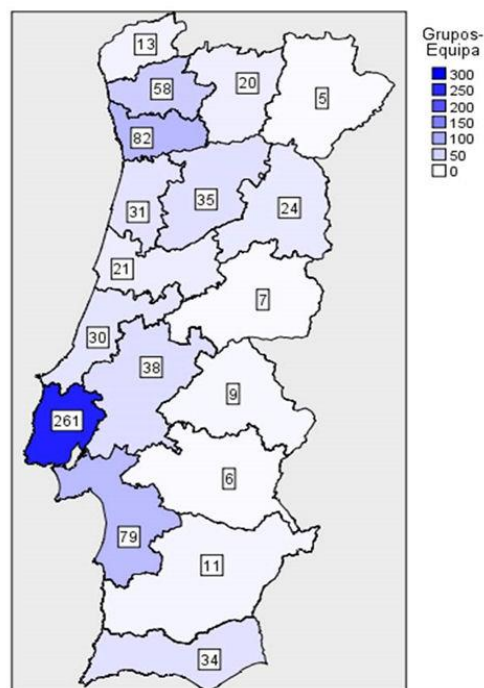


Figura 1 - Clubes Desporto Escolar com prática de Voleibol, por Distrito

Ainda assim, geograficamente existe em Portugal alguma assimetria na distribuição dos clubes de Desporto Escolar que desenvolvem a modalidade de Voleibol (figura 1), porém essa distribuição é proporcional à distribuição da população geral, com a faixa litoral mais povoada, uma maior concentração junto dos grandes centros urbanos e o interior com menor

densidade populacional e também com menor número de Grupos equipa.

Ao analisar o número de Grupos/Equipa por CLDE (figura 2) somos confrontados com alguns dados interessantes: 1) Todas as CLDE's têm o voleibol como uma possibilidade de oferta desportiva. 2) A importância da

oportunidade de praticar Voleibol, essencialmente, em regiões com menor densidade populacional e afastadas dos grandes centros. 3) A implementação do voleibol é nacional, no entanto, há diferença de número de grupo/equipa de região para região.

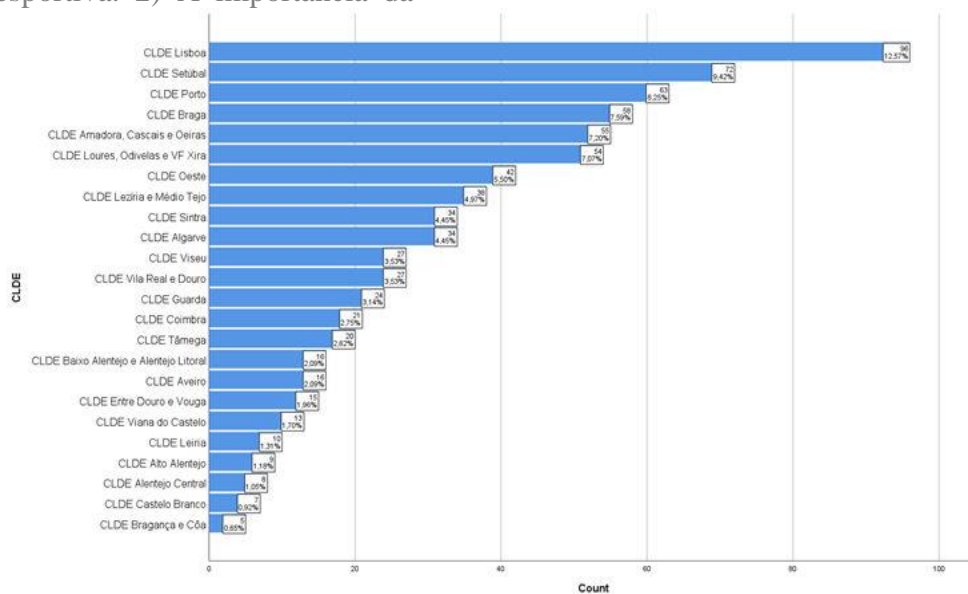


Figura 2 - Clubes Desporto Escolar com prática de Voleibol, por CLDE.

Uma das preocupações no desenvolvimento de uma modalidade desportiva é a sua base, as suas etapas iniciais de formação. É aí que desenvolvemos o gosto pela prática desportiva, e onde, simultaneamente, iniciamos a motivação pela prática de

uma modalidade específica. Se analisarmos os diferentes escalões do Desporto Escolar na modalidade de Voleibol (figura 3), verificamos que a maioria dos Grupos/Equipa são de escalões de Infantis e Iniciados, ou seja, etapas iniciais de formação.

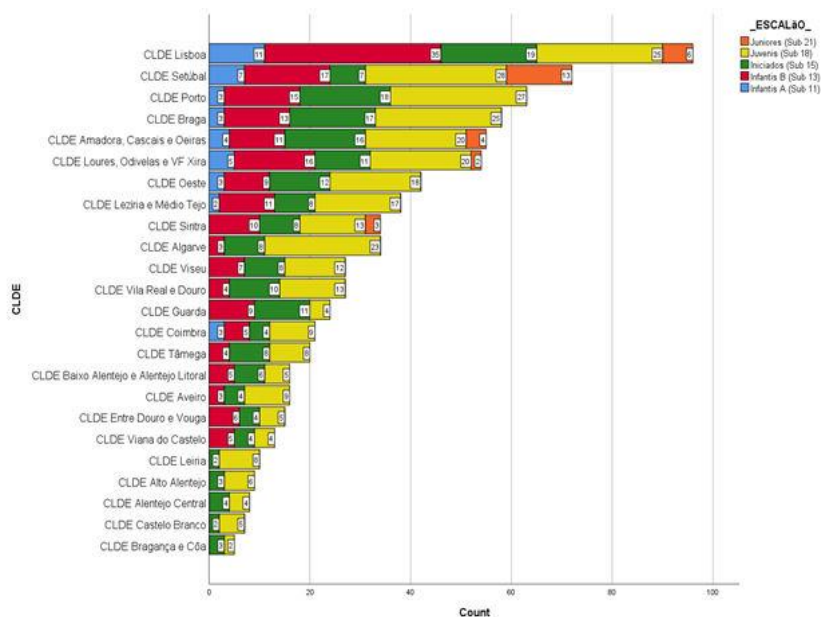


Figura 3- Escalões de prática de Voleibol no Desporto Escolar, por CLDE.

A prática de Voleibol no Desporto Escolar tem expressões numéricas distintas entre o género masculino e feminino, como está bem patente no gráfico da figura 4. De referir a existência de Grupos/Equipa mistos

(7,20%) no escalão de infantis. Nestas idades, ainda não se coloca grande relevância na diferenciação entre géneros, o que poderá ser um aspeto de grande relevo para a introdução da modalidade nesta faixa etária.

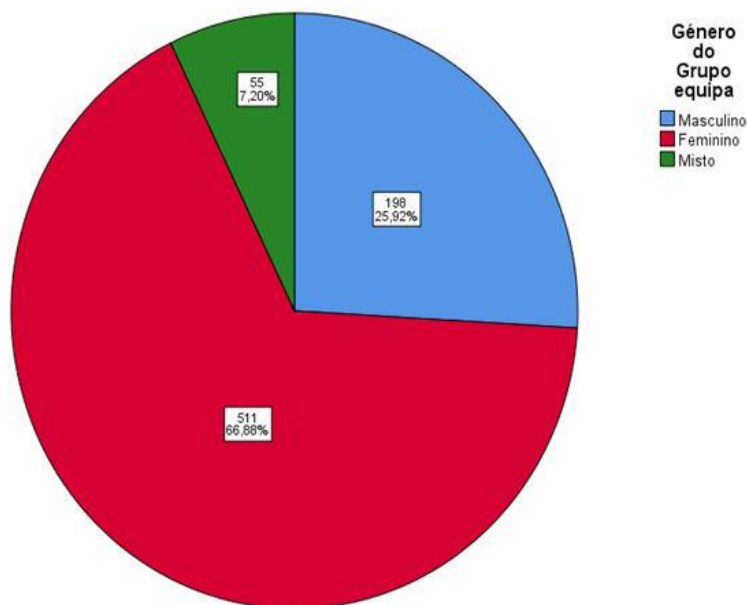


Figura 4 – Grupos-Equipa de Voleibol no Desporto Escolar, por género.

A distribuição do Grupos/Equipa de cada um dos géneros por CLDE está expressa nas figuras 5, 6 e 7. A CLDE de Lisboa é aquela que tem mais

Grupos/Equipas de voleibol independentemente do género ou escalão.

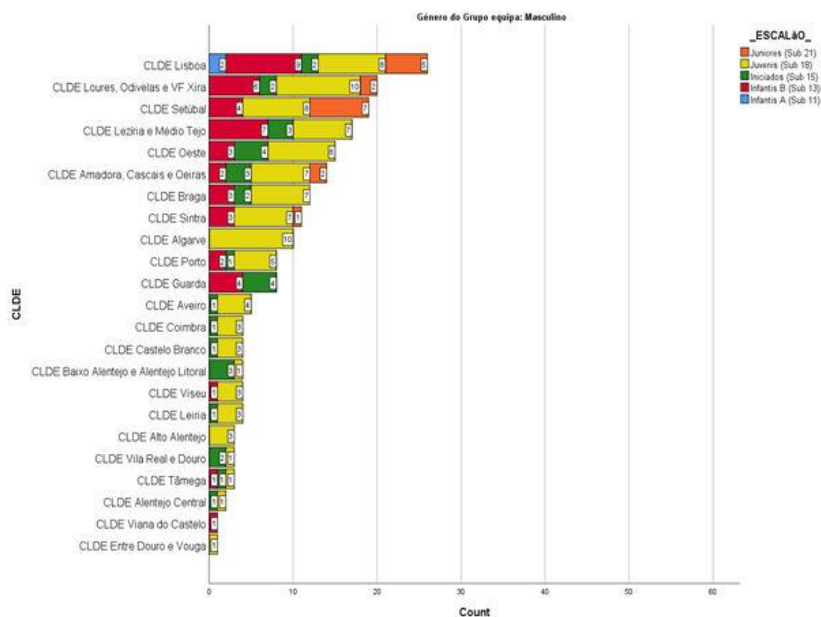


Figura 5- Escalões de prática de Voleibol Masculino no Desporto Escolar, por CLDE.

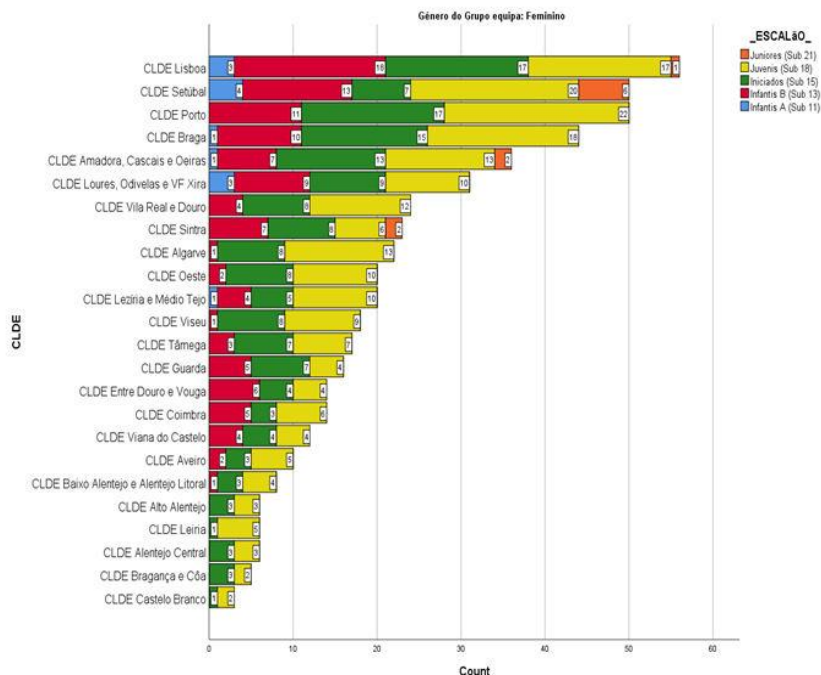


Figura 6- Escalões de prática de Voleibol Feminino no Desporto Escolar, por CLDE.

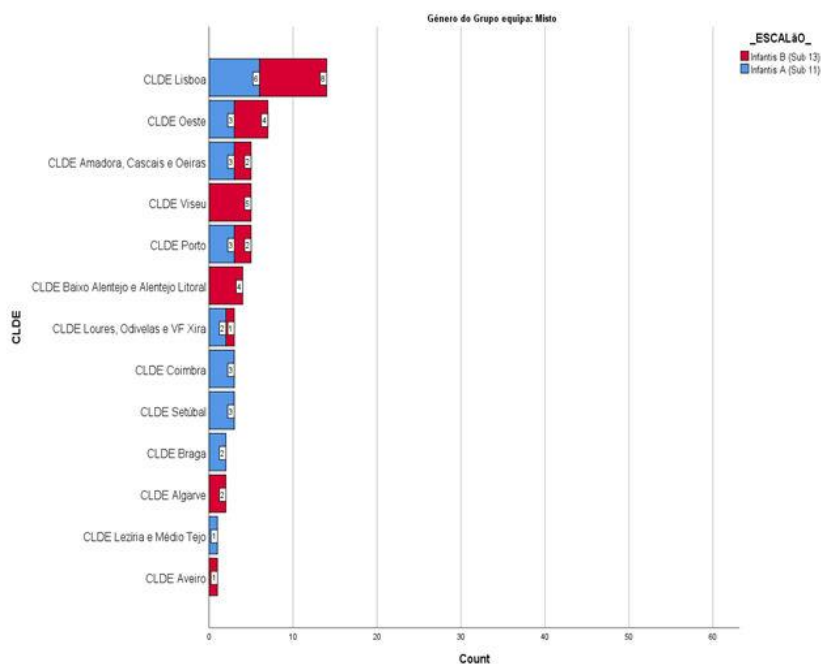


Figura 7- Escalões de prática de Voleibol Mistos no Desporto Escolar, por CLDE.

Do total de praticantes inscrito na modalidade, 71,6% são do género feminino e apenas 28,4% do género masculino. Isto torna o Voleibol a modalidade mais praticada do Desporto Escolar por elementos do género feminino evidenciando um padrão singular, muito distinto das restantes

modalidades coletivas, dominadas por uma maior prevalência do sexo masculino.

A Qualidade da prática

A prática regular da atividade de treino e competição é sempre enquadrada por docentes da respetiva Escola. No caso do Voleibol, 547 professores orientavam os 767 Grupos /equipa. Significa isto que em 220 casos o professor orienta 2 Grupos/Equipa, o máximo autorizado pela Coordenação Nacional. No Voleibol, estes docentes são pertencentes, em 98,8% dos casos, ao Grupo disciplinar de Educação Física (grupos 260 e 620). Do total dos 767 grupos /equipa estudados, apenas em 171 casos (22,4%), os seus professores são detentores de TPTD na modalidade de Voleibol, ou seja, detêm também formação técnica específica (figura 8).

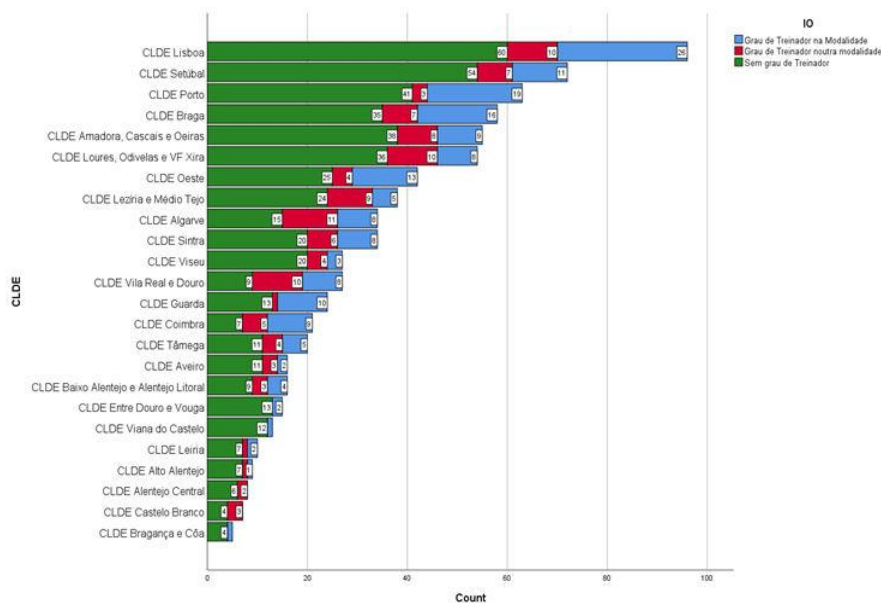


Figura 8- Qualificação Específica dos Treinadores de Voleibol do Desporto Escolar, por CLDE.

Há, no entanto, um grupo de 83 docentes responsáveis de Grupos/Equipa no Desporto Escolar que, sendo detentores de TPTD na modalidade de Voleibol, se encontram a orientar Grupos/Equipa de outras modalidades.

Este grupo representa 32,7% dos professores detentores de TPTD de Voleibol. A figura 9 mostra a distribuição destes treinadores por CLDE.

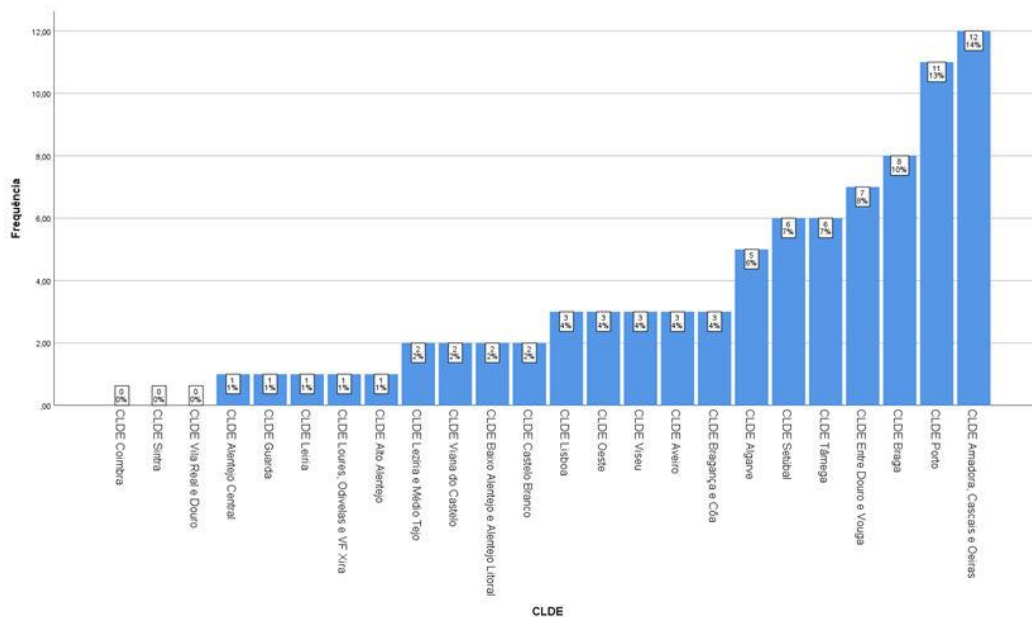


Figura 9 – Frequência de Treinadores com TPTD de Voleibol que, no Desporto Escolar, orientam outras modalidades, por CLDE.

No sentido de qualificar o seu corpo docente, a Divisão de Desporto Escolar/Direção Geral da Educação, em conjunto com a Federação Portuguesa de Voleibol implementaram um projeto de Formação Contínua de Professores, que de uma forma sistemática promove ações de formação. Estas ações são organizadas ao abrigo dum protocolo estabelecido entre a Direção Geral da Educação/Divisão do Desporto Escolar, a Federação Portuguesa de Voleibol (FPV) e os diferentes Centros de Formação das Associações de Escolas onde são realizadas. Acreditadas no Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, o seu conteúdo programático corresponde aos referenciais específicos lecionados no curso de treinadores de Voleibol de Nível 1.

Entre 2018 e 2020 organizaram-se 6 turmas em diferentes locais do País para a realização da ação de Formação “Voleibol no âmbito do Desporto Escolar” frequentada por 204 Professores de Educação Física (260 ou 620). Ainda, durante esta fase pandémica, foram realizadas Ações de Curta Duração – 6 horas (ACD’s) e um

Curso de Formação – 25 horas, que envolveram 212 professores, provenientes de todo o País. Em todas as ações são aplicados questionários para



avaliar quer a própria ação quer a relevância que esta teve para a intervenção pedagógica dos formandos. Estes momentos formativos têm

merecido avaliações positivas e são considerados “muito relevantes”.

Para além da prática do Voleibol, o Desporto Escolar proporciona ainda a possibilidade de participação dos alunos como árbitros através da figura do aluno árbitro escolar. Este conceito, estratégico, permite que um importante leque de alunos se constitua como potencial figura conhecedora e dinamizadora desta exigente função. Todos os Grupos/Equipa no Desporto Escolar têm de inscrever e fazer-se acompanhar por árbitros escolares na competição de Nível II ou III qualquer que seja o seu patamar de competição (Local, Regional ou Nacional). Atualmente existem a nível nacional 2.257 árbitros escolares de Voleibol que prestam um contributo inestimável para a qualidade a prática desportiva regulada e organizada dos seus colegas.

De forma a melhorar esta dinâmica nas escolas, aumentando o número de jogos ao longo do ano em que os alunos/árbitros escolares cumprem esta função, foi criada uma bolsa de árbitros nos Clubes de Desporto Escolar para dar resposta às necessidades do seu próprio quadro competitivo, nos diferentes níveis de prática (local, regional ou nacional). Este projeto tem como objetivo melhorar a formação dos alunos juizes-árbitros no âmbito do Desporto Escolar, desenvolvendo competências em formadores de árbitros escolares, através duma articulação com a Federação Portuguesa de Voleibol.

A formação destes elementos está dividida em várias fases: Nível 1, a ser desenvolvida na escola e organizada para um leque alargado de alunos; o Nível 2, é organizada pelas CLDE's e tem como destinatários uma representação por escola. É habitualmente realizada de uma forma mais formal e é orientada por um especialista. Durante as fases regionais e nacionais, a Federação Portuguesa de

Voleibol (FPV) tem destacado um árbitro federado que ministra uma ação de formação em contexto prático e faz a tutoria dos árbitros escolares presentes.

Os cursos de formação de arbitragem integram, qualquer que seja o nível de ensino, três áreas de conteúdos programáticos; técnica específica de arbitragem, comportamentais/relacionais e organizativos do contexto do jogo. Estas áreas são abordadas em contexto teórico, mas igualmente em contexto de aplicação prática. A componente aplicada em contexto de formação prática será sempre desenvolvida em tutoria de supervisão Técnico Pedagógica, pelos elementos da equipa de formação, o que permitirá a aquisição e monitorização das competências específicas da função. Tem como população alvo, os alunos do 2º e 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário, numa faixa etária compreendida, na grande maioria, na idade escolar obrigatória, integrando alunos inscritos individualmente ou de forma coletiva (caso de turmas de ensino profissional), mas discriminados nominalmente, nos diferentes grupos/equipa de escola.

Discussão de Resultados

A distribuição dos praticantes de Voleibol no Desporto Escolar cobre todo o território nacional, sendo de certa forma proporcional à distribuição da população portuguesa. Um facto importante é que todas as CLDE's têm esta modalidade representada na sua área geográfica de ação. Desta forma a estratégia de aumento da oferta de Voleibol deverá passar por uma granulação mais fina dessa oferta e não pela conquista de regiões onde a prática seja inexistente. Este aspeto contrasta com o desenvolvimento da modalidade a nível federado, que apresenta uma forte prevalência em regiões específicas. Isto tem consequências na cultura específica

da modalidade, que pode em algumas regiões onde a prática federada não se encontra tão desenvolvida carecer de maior robustez.

Porém, ao contrário do que acontece na quase totalidade das restantes modalidades coletivas dinamizadas no Desporto Escolar, o Voleibol caracteriza-se por uma forte aceitação e prática no género feminino, o que por si só, constitui uma força significativa da modalidade, essencialmente, tendo em conta os objetivos na luta pela paridade de géneros nas diversas áreas sociais e desportivas.

A existência de grupos mistos é uma prática a manter nos escalões mais baixos, pois permite a cada escola alargar a oferta formativa a toda a população escolar, proporcionando novas experiências motoras. É no entanto, importante assegurar a continuidade de oferta de prática desportiva aos alunos do género masculino, quando ingressarem em escalões em que a diferenciação de género seja mandatória. Este é um aspeto crítico para que o trabalho desenvolvido, até este momento, não se perca.



Um dos problemas no enquadramento técnico-pedagógico do Voleibol resulta do facto de ser uma modalidade muito técnica e com alguma dificuldade na abordagem inicial. Algumas das técnicas utilizadas reúnem características complexas e são consideradas como comportamentos motores “não naturais”. No entanto, o seu valor formativo é altamente reconhecido para a experiência e enriquecimento motor dos nossos jovens. Por este motivo esta

modalidade é considerada nos Programas de Educação Física vigentes e tem um quadro competitivo nacional a nível do Desporto Escolar.

A formação inicial dos quadros docentes de Educação Física está perfeitamente ajustada para o desenvolvimento curricular do programa da disciplina, mas existe genericamente uma lacuna quanto à formação dos Docentes na dinamização de Grupo/Equipas no âmbito Desporto Escolar, o que releva a

importância de um programa de formação contínua. Muitos docentes sentem-se algo “desconfortáveis” para orientar o treino e para enfrentar a responsabilidade de gerir a competição de um Grupo/Equipa no Desporto Escolar, devido à complexidade organizativa que a própria modalidade apresenta.

Apesar da capacidade do professor de motivar os seus alunos/atletas para a prática e, principalmente, na manutenção dessa prática assumir especial relevância numa fase de iniciação do Voleibol, o domínio dos princípios, fundamentos e ações básicas da sua prática é também essencial. O preço a pagar pela ausência de formação específica aprofundada do professor poderá assumir a forma mais evidente na consolidação de alguns erros na execução das técnicas de base, que, por vezes, assumem uma consistência tal que se torna difícil a sua correção posterior e que, genericamente, irão comprometer o futuro desenvolvimento do próprio praticante.

A formação específica das competências técnicas no ensino do Voleibol, será assim um fator decisivo na qualificação do processo. Verifica-se que apenas dos 22,4% dos responsáveis pelas equipas têm formação específica na modalidade. Julgamos ser, por isso, estratégico que este valor seja incrementado nos próximos anos, quer através da formação dos recursos humanos, quer através de um melhor aproveitamento dos recursos já formados.

No que respeita à formação de recursos humanos cabe um papel determinante à parceria com a Federação Portuguesa de Voleibol, incrementando o plano de formação contínua existente e vocacionando-o para que seja totalmente dedicado aos professores que assumem a gestão de Grupos/Equipas da modalidade.

No que respeita ao melhor aproveitamento dos recursos já formados é necessário agregar à modalidade os docentes que reúnam formação e competências específicas no ensino e no treino do Voleibol, que reúnam condições de gerir um grupo/equipa e que se encontram, eventualmente, a lecionar outras modalidades no Desporto Escolar ou estejam no sistema de ensino sem estarem envolvidos na gestão do voleibol no Desporto Escolar. A revisão quer dos mecanismos de colocação de professores, quer das prioridades na escolha dos Grupos/ Equipa de Voleibol aos docentes detentores de formação técnica especializada seriam possibilidades a considerar.

Consideramos um ponto com grande relevância para a melhoria da qualidade de intervenção a possibilidade de se exigir, a médio prazo, a certificação específica dos Professores na modalidade para a orientação e atribuição de responsabilidades dos Grupos/Equipa

Atualmente as regras de participação do Desporto Escolar permitem que os atletas possam integrar simultaneamente o Desporto Escolar e o Desporto Federado. Julgamos que este pode ser um ponto forte a considerar, pois a inclusão de alunos com maior experiência, mais horas de treino, faz elevar o nível competitivo e poderão ser impulsionadores de referências de prática importantes para a melhoria global de todos os praticantes. É, no entanto, importante que a sua participação esteja sujeita a regulamentos que garantam que a sua participação nas atividades da equipa ocorre ao longo de toda a época desportiva, de forma sistemática, em treinos e competições.



Dados os objetivos educativos a que se propõe julgamos ser de dar continuidade ao projeto de formação de alunos árbitro. Julgamos aliás que outras vertentes poderiam ser contempladas, como por exemplo uma iniciação ao dirigismo desportivo, através da dinamização das figuras de aluno-dirigente. Também a figura do aluno-repórter poderia ser instituída. Tratar-se-iam de alunos coadjuvantes à ação do docente, que auxiliariam ao desenvolvimento do Clube de Desporto Escolar. Permitiria por outro lado aumentar a transversalidade do Desporto

na Escola ao desenvolver trabalhos conjuntos com diversas disciplinas, envolver e responsabilizar os alunos no seu próprio futuro valorizando a sua iniciativa e empreendedorismo em âmbitos em que habitualmente não são chamados a intervir.

A Pandemia que nos assola neste período difícil para todas as áreas da vida humana, criou um cenário problemático, mas simultaneamente uma oportunidade para reconstruir o futuro. O ciclo de 2021-2025 está em aberto, e está criada a perspetiva de intervenção estratégica para o Desporto Escolar, mas esta deverá ser discutida e abrangente. Para se poder atuar com eficácia é necessário conhecer a realidade, os seus números e factos. Só assim se podem perspetivar mudanças positivas. Este artigo propôs-se caracterizar o voleibol no Desporto Escolar na fase Pré-Pandemia como base para as tomadas de decisão que procuram uma escola cada vez mais ativa, relevante na educação dos nossos jovens.

